ANÁLISE POLÍTICA

A ECONOMIA COMO PRIORIDADE

NK CONSULTORES
Relações Governamentais

A ECONOMIA COMO PRIORIDADE

Após a tensão política em torno dos atos de 7 de Setembro, as dificuldades do dia a dia da população se impuseram na agenda do país. O risco institucional foi engavetado por ora, e o governo tenta resolver questões de fato urgentes para a maioria dos brasileiros, como o alto preço dos combustíveis, do gás e da energia elétrica, o risco de apagão, a inflação próxima de dois dígitos e o aumento do desemprego. A seguir, considerações sobre o cenário a um ano das eleições.

Foco nos combustíveis

O governo dispõe de pesquisas que relatam o mau humor dos brasileiros com o preço dos combustíveis, do gás de cozinha e da energia elétrica. O cenário internacional, com a alta na cotação do petróleo e o dólar em torno dos R$ 5,30, traz dificuldades no curto prazo.

No mapeamento, a Presidência da República tem registrado que não emplacou a tentativa de creditar a crise às alíquotas de ICMS (tributo estadual), deixando de lado a política de preços da Petrobras. Pintar os governadores como vilões não vingou como desejava o presidente Jair Bolsonaro, tanto que nos últimos dias o discurso é sobre outras soluções.

Líderes do centrão, como o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, alertaram Bolsonaro que a pauta conservadora pode não ser suficiente para garantir a reeleição. O presidente tem passado a cobrar soluções: ministros arquitetam um fundo público para compensar a Petrobras de perdas caso segure o preço dos combustíveis diante de altas no barril de petróleo, e a Petrobras anunciou programa para distribuir gás aos mais pobres. A Câmara aprovou e enviou ao Senado, com apoio do governo, a criação de um vale-gás para famílias de baixa renda.

Uma solução para reduzir os preços concentrará os esforços de governo e Congresso nos próximos meses. É uma das formas para tentar brecar a inflação, já que a tarifa extra na energia, que também encarece produção e pressiona preços em geral, terá de ser mantida em razão do risco de apagão, ampliado pela demora do governo em adotar medidas de redução de consumo. O Banco Central (BC) estimou para 8,5% a inflação em 2021 e admitiu o estouro do teto da meda, que é de 5,25%. E o cenário de inflação tende a permanecer em 2022, com novos aumentos da taxa básica de juros.

O limite do teto

Buscando uma solução ao teto de gastos, o governo encontrará uma forma de amenizar, em ano eleitoral, o custo de vida. Entra no contexto o Auxílio Brasil, programa de transferência de renda que substituirá o Bolsa Família. A promessa é passar o valor médio de R$ 189 para quase R$ 300 e subir de 14 milhões para 17 milhões o número de famílias contempladas. O governo quer pagar o benefício a partir de novembro por meio do aumento do IOF. No entanto, sem reduzir os R$ 90 bilhões de precatórios de 2021, não haverá espaço

no teto do próximo ano. Na última semana, deputados e senadores aprovaram projeto que permite ao Planalto contar com dinheiro de projetos ainda não aprovados para bancar o auxílio. Ou seja, um drible na regra.

Reforma do Imposto de Renda

Um dos projetos que propiciará recursos ao Auxílio Brasil é a reforma do Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas, empresas e investimentos, que faz parte da reforma tributária. O texto precisa ser aprovado e sancionado ainda em 2020. No início de setembro, foi aprovado pela Câmara. Estão entre os pontos previstos no texto:

- Tributação de 15% de lucros e dividendos, que são isentos no Brasil desde 1995;

- Manutenção da declaração simplificada para todas as faixas de renda;

- Isenção de IR para trabalhadores celetistas que recebem até R$ 2,5 mil;

- Redução de 7 pontos percentuais no IR e de até 1 ponto percentual na alíquota de contribuição social.

Arthur Lira foi decisivo para a aprovação do texto, que recebeu críticas e travou no Senado. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, fala em votar em "breve" o projeto, mas sem a pressa que Lira teve. O Planalto pressiona Pacheco para acelerar o passo, esperançoso que alguma mudança tributária sairá até dezembro. Pacheco deseja aprovar uma reforma tributária mais ampla, em discussão há tempos no Senado.

Reforma administrativa

A PEC que modifica as regras das carreiras dos servidores públicos foi aprovada em setembro na comissão especial da Câmara. Contudo, líderes de partidos aliados ao governo acreditam que a proposta não será votada em 2021, como deseja Lira.

Os deputados admitem que a reforma ainda não tem os 308 votos exigidos, dentro de um colegiado de 513 parlamentares, para aprovação em plenário. Assim, a PEC corre o risco de ficar parada na Câmara, sem nem sequer ser analisada pelo Senado. A proximidade das eleições é um dos principais entraves.

A proposta só valerá para quem ingressar após a promulgação da reforma e não afeta juízes e integrantes do Ministério Público. O relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), teve de amenizar o texto. Entre outros pontos, o relatório aprovado na comissão prevê:

- Manutenção da estabilidade para todos os servidores;

- Transformação da Guarda Municipal em órgão de segurança pública, o que permitirá a categoria exigir paridade de benefícios com os demais policiais, gerando despesas extras às previdências municipais;

- Retorno do prazo máximo de 10 anos para a contratação de servidores temporários na administração pública;

- Aval para administração pública reduzir jornada e salário de servidores em até 25% em situações de crise fiscal de estados, municípios ou União;

- Fim de penduricalhos, como férias superiores a 30 dias e adicionais por tempo de serviços, para os novos servidores.

Força e reação

Bolsonaro mobilizou contingente expressivo de apoiadores no 7 de Setembro, em especial em São Paulo e Brasília, onde discursou. Não vingou a ideia de que as massas nas ruas contra o Supremo Tribunal Federal (STF) poderiam insuflar as Forças Armadas e as polícias. Bolsonaro demonstrou apoio popular, porém exagerou ao ameaçar não cumprir ordens do STF. Além de flerte com golpe, seria crime passível de impeachment.

A reação no Judiciário e no Congresso, somada à turbulência no mercado pelo risco de ruptura e ao comportamento dentro da lei de militares e policiais, levaram o presidente a um recuo estratégico. Dois dias depois do protesto a favor de seu governo, divulgou sua "declaração à nação", escrita com o ex-presidente Michel Temer. O ministro Alexandre de Moraes, do STF, chamado de "canalha" no discurso do dia 7, passou a "jurista e professor" no texto assinado pelo presidente.

Um resultado direto dessa tensão foi que o Centrão, instalado no governo e no comando da Câmara dos Deputados, ganhou ainda mais força na atual gestão. Como os momentos de calmaria de Bolsonaro têm prazo de validade, é provável que ele volte a elevar o tom mais vezes até as eleições de outubro de 2022.

Nova fase

Virada a página do voto impresso e das ameaças às eleições do ano que vem, veio o foco no STF e no ministro Alexandre de Moraes. Divulgada a declaração à nação, o presidente voltou a mirar a Covid-19, que se aproxima de 600 mil mortes no Brasil. A estratégia mantém o núcleo duro dos apoiadores fiéis. Bolsonaro segue como o único político de fato popular do centro à direita.

A um ano de buscar a reeleição, Bolsonaro segue sem partido. PP, Republicanos, PL, PTB e Patriotas são opções, porém as cúpulas das legendas não querem entregar seus comandos, conforme o desejo da família Bolsonaro. O PTB de Roberto Jefferson, condenado no mensalão, faz mais força para filiar Bolsonaro e concluir a conversão de partido trabalhista em sigla conservadora.

Faltam 12 meses

A um ano da corrida presidencial, as pesquisas de intenção de voto seguem inalteradas: vantagem de Lula, Bolsonaro em segundo e a dificuldade de se viabilizar uma terceira via. Pesquisa Ipec de setembro mostrou que a reprovação de Bolsonaro segue em alta (atingiu 53% de ruim ou péssimo e 22% de ótimo/bom).

Para o presidente, com 12 meses pela frente, os dados preocupantes são a reprovação e a rejeição (na faixa de 60%). É preciso ponderar, no entanto, que pesquisas podem possuir viés de desejabilidade social, que é quando o entrevistado responde o que considera mais aceitável, mas que não condiz

exatamente com seu posicionamento. Exemplos desse comportamento foram as eleições nos EUA, com Donald Trump recebendo uma votação muito mais expressiva do que as pesquisas indicavam.

Bolsonaro aposta no pacote anti-inflação e na sua agenda de costumes, certeira em 2018. O entorno do presidente acredita que, na véspera do voto, o antipetismo terá mais força do que atualmente. Já Lula apostará na máxima do "meu tempo você era feliz e não sabia". O petista é aconselhado a caminhar ao centro, a exemplo de 2022, a fim de acalmar mercados e de trazer apoio de parte do Centrão. A alternativa de uma terceira via no Brasil, do centro para direita, é difícil, mas ainda possível a um ano da eleição.

Bolsonaro na ONU

Setembro teve a terceira participação de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. O presidente não mirou os demais líderes mundiais. Do púlpito em Nova York, fez um discurso para o público no Brasil, em especial os seus apoiadores. Único mandatário do G20 a não se vacinar contra a Covid-19, Bolsonaro criticou o passaporte sanitário para vacinados e defendeu a adoção do tratamento precoce, que não é adotado pela maior parte dos países por não ter eficácia comprovada pela ciência.

O presidente exaltou sua política ambiental e o desempenho da economia brasileira durante a pandemia, mas nem todos os dados apresentados eram completos. Bolsonaro voltou a creditar inflação e empobrecimento da população aos governadores e prefeitos por adotarem medidas de restrição de circulação para conter os casos de Covid. O discurso, classificado como "radical" e "contestador" por jornais estrangeiros, foi uma oportunidade perdida para reforçar laços com países desenvolvidos.

Mendonça segue esperando

Bolsonaro anunciou há quase três meses a indicação de André Luiz Mendonça ao STF, mas o escolhido ainda foi sabatinado pelo Senado. Ex-ministro da Justiça e da Advocacia-Geral da União (AGU), Mendonça leva o chá de banco do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, responsável pela sabatina de indicados ao STF. O senador trabalha para ver no Supremo Augusto Aras, procurador-geral da República empossado para o segundo mandato.

Mendonça garante que não desistirá, e Bolsonaro assegurou que, caso o escolhido seja rejeitado, indicará outro evangélico. As igrejas neopentecostais são parte importante da base eleitoral do presidente. A demora para o Senado aprovar o substituto do ministro Marco Aurélio Mello irritou o presidente do STF, Luiz Fux. A pressão é para que Alcolumbre marque a data da sabatina até o final do ano. O Senado nunca rejeitou indicação de ministro ao STF.

Os seis meses de Queiroga

O cardiologista Marcelo Queiroga completou seis meses como ministro da Saúde com o avanço da vacinação contra Covid-19 e a queda dos novos registros de mortes. Por outro lado, encara críticas por deixar aos poucos o discurso técnico de lado.

Queiroga substituiu em março o general Eduardo Pazuello, que não tinha experiência prévia na área de saúde. O médico estreou com defesa de máscara, vacina e distanciamento, mas sempre a medir as palavras. Para afagar o presidente, Queiroga abriu estudos para desobrigar o uso de máscaras e endossou barrar a vacinação de adolescentes sem comorbidade. Em seguida, o governo recuou.

A cena do ministro em Nova York com os dedos médios erguidos para críticos de Bolsonaro, um pouco antes de receber o diagnóstico positivo para Covid, motivaram novas críticas ao ministro. A postura demonstra o posicionamento em defesa a Bolsonaro e, consequentemente, a intenção de permanecer na Esplanada dos Ministérios. Também é o jeito para o médico assegurar o apoio do presidente ao plano de concorrer a governador ou a senador na Paraíba.

Foi durante a gestão de Queiroga que o governo, enfim, acelerou o plano de vacinação. E os brasileiros dão mostras de que desejavam se vacinar. Mais de 147 milhões de pessoas receberam a primeira dose dos imunizantes (68,93% da população) e mais de 92,5 milhões estão totalmente imunizadas (43,39%).

O avanço da vacinação, com mais de 280 milhões de doses entregues, bate com a redução de novos casos e mortes por Covid-19. A média móvel de mortes da última semana ficou em 513 óbitos por dia. Setembro foi mês com menos mortes em 2021, 16.275 vítimas, cinco vezes menos do que as 82.401 vítimas registradas em abril.

Vetos presidenciais

Na última semana, o Congresso Nacional derrubou 11 vetos presidenciais a projetos de lei aprovados pelos parlamentares, dos quais quatro vetos totais e sete vetos parciais. Entre as medidas que tiveram o veto derrubado e passam a ser lei estão: a proibição de despejo ou desocupação de imóveis até o fim de 2021; a suspensão até o fim do ano da comprovação de vida perante o INSS para que os segurados continuem a receber os proventos; a permissão aos partidos políticos se unirem em uma federação.

A derrubada desses vetos e a manutenção dos outros foi acertada entre Congresso e Presidência da República. Os outros vetos, mais polêmicos, foram deixados para outra oportunidade. Entre eles, estão temas importantes à sociedade como o veto total ao projeto que amplia o tratamento de câncer com medicamentos orais nos planos de saúde (PL 6330/2019) e o veto parcial ao projeto que estabelece regras para a licença compulsória de patentes durante períodos de emergência em saúde (PL 12/2021).